



# Caderno de Encargos



## Concurso Público Com Publicidade Internacional

**PRC 014/2024**



**“Manutenção de equipamentos eletromecânicos”**

## ÍNDICE

Capítulo I.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
Cláusula 1. <sup>a</sup>	Objeto .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup>	Contrato .....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup>	Prazo contratual .....	5
Cláusula 4. <sup>a</sup>	Definições e Termos .....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup>	Âmbito .....	6
Capítulo II.	OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....	6
SECÇÃO I.	Obrigações do Cocontratante .....	6
Cláusula 6. <sup>a</sup>	Obrigações do Cocontratante .....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup>	Obrigações complementares .....	12
Cláusula 8. <sup>a</sup>	Forma da prestação de serviços .....	12
Cláusula 9. <sup>a</sup>	Tipificação dos serviços .....	14
Cláusula 10. <sup>a</sup>	Obrigações complementares .....	16
Cláusula 11. <sup>a</sup>	Tempos de Utilização e Controlo .....	17
Cláusula 12. <sup>a</sup>	Constituição mínima da equipa .....	18
Cláusula 13. <sup>a</sup>	Aquisição de peças e materiais .....	20
Cláusula 14. <sup>a</sup>	Guarda Temporária de Materiais .....	20
Cláusula 15. <sup>a</sup>	Transporte de Equipamentos .....	21
Cláusula 16. <sup>a</sup>	Transferência da propriedade .....	21
Cláusula 17. <sup>a</sup>	Conformidade e garantia técnica .....	21
Cláusula 18. <sup>a</sup>	Conformidade e operacionalidade dos bens .....	21
SECÇÃO II.	Segurança da Informação e Dados Pessoais .....	22
Cláusula 19. <sup>a</sup>	Dever de sigilo .....	22
Cláusula 20. <sup>a</sup>	Tratamento de dados pessoais .....	22
Cláusula 21. <sup>a</sup>	Conservação de dados pessoais .....	24
Cláusula 22. <sup>a</sup>	Transferência de dados pessoais .....	24
Cláusula 23. <sup>a</sup>	Dever de cooperação .....	25
SECÇÃO III.	Obrigações da Contraente Pública .....	25
Cláusula 24. <sup>a</sup>	Preço base e preço contratual .....	25
Cláusula 25. <sup>a</sup>	Condições de pagamento .....	26
Cláusula 26. <sup>a</sup>	Faturação eletrónica .....	27
SECÇÃO IV.	Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato .....	27
Cláusula 27. <sup>a</sup>	Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato .....	27
Capítulo III.	Modificação, Incumprimento e Extinção do contrato .....	28
Cláusula 28. <sup>a</sup>	Modificação objetiva do contrato .....	28
Cláusula 29. <sup>a</sup>	Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante .....	28
Cláusula 30. <sup>a</sup>	Sanções contratuais .....	29
Cláusula 31. <sup>a</sup>	Regime dos trabalhadores afetos ao contrato .....	30
Cláusula 32. <sup>a</sup>	Força maior .....	30
Cláusula 33. <sup>a</sup>	Resolução do contrato por parte da Contraente Pública .....	31
Capítulo IV.	Disposições Finais .....	32
Cláusula 34. <sup>a</sup>	Deveres de informação .....	32
Cláusula 35. <sup>a</sup>	Comunicações .....	32
Cláusula 36. <sup>a</sup>	Foro competente .....	33
Cláusula 37. <sup>a</sup>	Direito aplicável e natureza do contrato .....	33
Cláusula 38. <sup>a</sup>	Contagem dos prazos .....	33
Cláusula 39. <sup>a</sup>	Cláusulas especiais: Seguros e Encargos Sociais .....	33

Cláusula 40. <sup>a</sup>	Cláusulas especiais:.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Cláusula 41. <sup>a</sup>	Cláusulas especiais: Meios Humanos.....	34
Cláusula 42. <sup>a</sup>	Cláusulas especiais: Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho .....	35
Cláusula 43. <sup>a</sup>	Características e especificações técnicas .....	35
Cláusula 44. <sup>a</sup>	Cláusulas especiais: Área geográfica e Infraestruturas.....	35
Cláusula 45. <sup>a</sup>	Verificação .....	36
Cláusula 46. <sup>a</sup>	Garantia.....	37



## **CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Cláusula 1.ª Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a aquisição de bens e serviços de manutenção de equipamentos eletromecânicos para a AdAM – Águas do Alto Minho, S.A., doravante designada por Contraente Pública, identificados no presente Caderno de Encargos, e que consiste na disponibilidade do Cocontratante para, sempre que tal lhe seja solicitado, fornecer aqueles bens e/ou executar aqueles serviços, de modo programado, a seguir designados abreviadamente por Trabalhos.
2. As características, especificações e requisitos técnicos dos artigos a fornecer no contrato a celebrar constam no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, sendo parte integrante do Caderno de Encargos.

### **Cláusula 2.ª Contrato**

1. O contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Contraente Pública nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> Prazo contratual**

1. O contrato inicia-se na data da sua outorga, mantendo-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos, ou até perfazer o limite do preço contratual, consoante o evento que ocorrer primeiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, qualquer uma das partes pode denunciar livremente o contrato antes do seu termo, em qualquer altura, decorrido 1 (um) ano de vigência do contrato, desde que informe a outra parte por escrito, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência da data à qual se pretende a produção dos efeitos
3. A denúncia nos termos do número anterior não implica o pagamento de qualquer indemnização, por qualquer parte.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup> Definições e Termos**

4. As seguintes definições são aplicáveis a este Caderno de Encargos exceto quando o texto explicitamente o exija de outra forma:
  - a) “Reparação” significa manutenção não periódica e que resulta de uma falha/avaria;
  - b) “Conservação” significa manutenção programada e periódica de acordo com as exigências do equipamento a manter.
  - c) “ETAR” significa Estação de Tratamento de Águas Residuais;
  - d) “ETA” significa Estação de Tratamento de Água para Abastecimento;
  - e) “EE” significa Estação Elevatória;
  - f) “RE” significa Reservatório;
  - g) “PE” significa Ponto de Entrega;
  - h) “CP” significa Captação de Água.
  - i) “PC” significa Ponto de Cloragem.
5. Na interpretação das definições, os singulares incluem o plural e os plurais dos singulares, quando apropriado.

## **Cláusula 5.<sup>a</sup>    Âmbito**

- I. A presente prestação de serviços abrange os equipamentos existentes nas ETAR, ETA e EE, CP, RE e PE da Contraente Pública, nomeadamente, motores elétricos, grupos eletrobomba de elevação, bombas doseadoras, agitadores, compressores de ar, sopradores de ar, atuadores elétricos, entre outros.
2. Considerada a dimensão do parque de equipamentos em serviço nas referidas instalações, destacam-se os seguintes:
  - a) Motores elétricos (marcas: ABB, Efacec, Siemens, Universal Motors, WEG, Franklin e outros ou equivalentes);
  - b) Grupos eletrobomba elevação para abastecimento de água ou de saneamento (marcas: ABS, Efaflu, Grundfos, KSB, Flygt, Lowara e outros ou equivalentes);
  - c) Bombas doseadoras de diafragma, peristálticas, parafuso (marcas: Colberge, Grundfos, Prominent, Dosapro MR, Watson Marlow, Seepex, Mono e outros ou equivalentes);
  - d) Compressores de ar (marca: Atlas Copco, Ingersoll-Rand, Rubete, Hidrovane e outros ou equivalentes);
  - e) Sopradores de ar (marca: Aerzen, Dresser, Pedro Gil e outros ou equivalentes);
  - f) Agitadores submersíveis (marca: ABS, Flygt, Grundfos e outros ou equivalentes);
  - g) Atuadores elétricos – (marca: Auma, EMG Drehmo, Johnson Controls e outros ou equivalentes).

## **CAPÍTULO II. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **SECÇÃO I. OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>    Obrigações do Cocontratante**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem-se como obrigações principais do Cocontratante as seguintes:



- a) Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todas as especificações e requisitos técnicos indicados neste Caderno de Encargos e nos termos da legislação aplicável;
- c) Fornecer os diversos bens, novos e originais, em conformidade com a lista de percentagens de desconto e as listas de equipamentos presentes nas tabelas de preços de venda ao público (PVP), dos fabricantes apresentada(s), com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas, ambientais e os níveis de serviço e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- d) Assegurar o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.
- e) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens e ou serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela Contraente Pública ou pelo gestor de contrato designado;
- f) Cumprir todas as disposições legais aplicáveis, designadamente de transporte e manuseamento dos bens (equipamentos e reagentes);
- g) Providenciar, a suas expensas, todos os equipamentos e meios necessários para a descarga dos bens fornecidos;
- h) Suportar os encargos relativos à aquisição de bens identificados no artigo 445.º do Código dos Contratos Públicos;
- i) Entregar os certificados de verificação/ calibração e de garantia de bom desempenho dos vários itens à Contraente Pública, nos termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos;
- j) Entregar e garantir que os equipamentos reparados e que estejam abrangidos no âmbito do Decreto-Lei nº 50/2005 de 25 de fevereiro, que reúnem / mantêm as condições de segurança exigidas no diploma.
- k) Atualizar os Documentos de Identificação dos vários itens, as Fichas Técnicas sempre que se justificar, e fornecer os mesmos à Contraente Pública, sempre que atualizado;
- l) Utilizar uma ferramenta de e-mail (Outlook ou outra equivalente) para garantir a receção das encomendas formuladas pela Contraente Pública e o seu tratamento em

tempo útil, designadamente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega definidos no presente Caderno de Encargos;

- m) Ressarcir a Contraente Pública dos montantes correspondentes das multas aplicadas na sequência de processos contraordenacionais, cujos factos resultem de atos ou omissões suas, designadamente, relacionadas com o fornecimento, transporte, manuseamento e descarga, e que não sejam imputáveis à Contraente Pública;
- n) Disponibilizar a informação de gestão relevante ao gestor do contrato designado pela Contraente Pública;
- o) Obrigação do fornecimento e montagem nos termos da proposta, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- p) Efetuar a reparação do equipamento, segundo os trabalhos descritos no anexo I do presente caderno de encargos;
- q) Afetação de todos os meios materiais, equipamentos e consumíveis, necessários à boa execução dos trabalhos de sua responsabilidade;
- r) Comunicar à Contraente Pública dos factos que tornem total ou parcialmente impossível à reparação do equipamento ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações contratuais estabelecidas;
- s) Comunicar à Contraente Pública os factos que tornem total ou parcialmente inviável a reparação versus o custo de aquisição de um equipamento equivalente;
- t) Garantir o fornecimento de todos os equipamentos e acessórios enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados em conformidade com a legislação aplicável;
- u) Fornecer uma garantia a todos os serviços prestados, e bens fornecidos de acordo com a legislação em vigor;
- v) Realizar orçamentos para fornecimento de equipamentos e serviços no âmbito do procedimento sem a imputação de custos, desde que estes não impliquem a montagem e desmontagem de equipamentos;
- w) Garantir o preenchimento e fornecimento de todos os dados solicitados nos trabalhos de manutenção preventiva e corretiva, adjudicados;
- x) Garantir, se solicitado pela Contraente Pública, o carregamento de toda a informação no sistema de gestão da manutenção se o mesmo for disponibilizado ao prestador de serviços para controlo das prestações de serviços realizadas;



- y) Sempre que seja necessário algum equipamento ou acessório novos, o Cocontratante terá, obrigatoriamente, de entregar à Contraente Pública, a consulta do preço de venda ao público à data e garantir no mínimo o desconto de bens/ marcas, apresentado no Anexo VI do programa de procedimento.
- z) Fornecer equipamentos conforme com as normas nacionais e europeias de fabrico e fornecer certificado de conformidade CE.
2. O Cocontratante tem a obrigação de zelar pelas instalações, equipamentos e bens da Contraente Pública.
3. O Cocontratante é responsável perante o contraente público por qualquer anomalia que o equipamento apresente após ter sido entregue.
4. Os serviços previstos na alínea a) do número 1) da presente cláusula consistem, essencialmente, no seguinte:
- a) Beneficiação de motores elétricos
- a.1) Na receção do motor
- Desmontagem do motor.
  - Inspeção visual de todos os constituintes.
  - Controlo dimensional de rolamentos e veio (lado ataque e oposto).
  - Limpeza, decapagem (caso necessário), tratamento e pintura de todo o material.
- a.2) Intervenção elétrica
- Lavagem profunda com produto dielétrico do estator, rotor e caixa de terminais.
  - Secagem em estufa ventilada até estabilização da resistência de isolamento.
  - Verificação do circuito magnético e respetivas réguas de fecho.
  - Verificação das amarrações dos enrolamentos.
- a.3) Ensaios intermédios:
- Resistência óhmica dos enrolamentos
  - Resistência de isolamento & Índice de polarização
  - Outros ensaios se necessários (Hipot, Surge Test)
  - Proteção da bobinagem através da aplicação de verniz de “tropicalização” de forma a evitar a penetração de humidade
  - Ensaio às proteções térmicas na bobinagem
  - Ensaio às resistências anti-condensação

- Beneficiação geral do rotor e análise de eventuais pontos de fadiga na gaiola rotórica
- Limpeza de todos os constituintes da caixa de ligações com a montagem de buçins novos (se necessário)

a.4) Intervenções mecânicas e dinâmicas:

- Equilibragem dinâmica do rotor, conforme requisitos da Norma ISO 1940 G 2.5, aplicável ao tipo e potência da máquina em questão. Caso o rotor tenha vários componentes (ventiladores, acoplamentos e outros, será equilibrado cada um individualmente e no final será acertado o conjunto.
- Substituição de dois rolamentos e retentores
- Montagem do motor tendo em apreço a proteção mecânica original

a.5) Pintura geral

a.6) Emissão de Relatório

b) Rebobinagem de motores elétricos

b.1) Intervenção elétrica

- Recolha de elementos (ligações para a elaboração de esquema geral elétrico dos enrolamentos, para a rebobinagem do motor
- Ensaio em anel (Loop Test, de forma a verificar que não existe nenhum dano no núcleo magnético e de forma a verificar a sua eficiência energética
- Des-bobinagem, limpeza do estator e preparação para a sua rebobinagem
- Ensaio em anel (Loop Test, de forma a confirmar que não houve perda de eficiência com o processo de des-bobinagem
- Fabrico de bobines na classe de isolamento H
- Rebobinagem total do motor na classe de isolamento H
- Dupla impregnação de verniz, a fim de ser criada com a sequência das repetidas estufagens, uma película exterior reforçada e homogênea para proporcionar maior consistência aos enrolamentos
- Polimerização em estufa ventilada
- Aplicação de sondas de temperatura (caso se aplique)
- Instalação de resistências anti-condensação (caso se aplique)

5. Para além dos serviços resultantes das obrigações descritas no ponto anterior, consideram-se, ainda, incluídos os seguintes:

a) Todas as intervenções, com exceção das reparações urgentes, serão precedidas de

um Plano de Intervenção elaborado pelo Cocontratante, a submeter a validação prévia da Contraente Pública, do qual constará obrigatoriamente:

- a.1) a identificação dos artigos e quantidades do mapa de serviços a utilizar;
  - a.2) a lista e o orçamento discriminativo das peças e acessórios a incorporar no âmbito da execução dos serviços;
  - a.3) o local onde será efetuada a intervenção;
  - a.4) o tempo de duração da intervenção/ reparação e a data prevista para o início da mesma;
- b) Os planos de intervenção serão submetidos a validação prévia da Contraente Pública no prazo máximo até 5 (cinco) dias após a entrega dos equipamentos a intervencionar nas oficinas do Cocontratante ou da data avaliação dos mesmos efetuada pela Adjudicatária nas instalações da Contraente Pública;
  - c) Sempre que solicitado pela Contraente Pública deverá ser apresentado pelo Cocontratante uma proposta para fornecimento de um equipamento novo igual ou equivalente ao analisado na reparação;
  - d) Iniciar as intervenções apenas e só após a validação pela Contraente Pública do respetivo Plano de Intervenção;
  - e) Desmontar e montar os equipamentos para permitir a sua reparação pelo pessoal do Cocontratante no local ou em qualquer uma das oficinas da Contraente Pública, desde que previamente autorizado e supervisionado pelo técnico da Contraente Pública;
  - f) A desmontagem e montagem de quaisquer dos seus componentes, bem como as afinações e o alinhamento das máquinas;
  - g) Proceder à revisão de todos os componentes conforme descrito nos manuais e recomendações e instruções do(s) fabricante (s) dos equipamentos objeto da presente aquisição de serviços;
  - h) Elaboração de relatórios por intervenção, das quais devem apresentar a verificação dos parâmetros de controlo e funcionamento do equipamento.
  - i) O Cocontratante é responsável por recolher, segregar e encaminhar os resíduos resultantes dos trabalhos desenvolvidos para operadores devidamente licenciados e autorizados para o efeito;
  - j) O Cocontratante é responsável perante a Contraente Pública por qualquer defeito ou discrepância dos serviços prestados no âmbito do contrato.

## **Cláusula 7.<sup>a</sup> Obrigações complementares**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante, as seguintes obrigações complementares:
  - a) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões;
  - b) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Contraente Pública;
  - c) Prestar as informações que forem solicitadas, devendo nomear um responsável que será o contacto com o responsável da Contraente Pública;
  - d) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos com qualificação técnica adequada, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços.

## **Cláusula 8.<sup>a</sup> Forma da prestação de serviços**

1. A execução dos serviços, por instalação, será efetuada, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, em função das necessidades da Contraente Pública e em datas a acordar conforme os manuais e recomendações dos fabricantes e as diretivas emitidas pela Contraente Pública, bem como de acordo com os regulamentos de Ambiente, Higiene e Segurança em vigor.
2. Os serviços serão executados respeitando o estipulado no presente Caderno de Encargos.
3. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português e entregues em formato digital.
4. A Contraente Pública fiscalizará a execução dos serviços e pode mandar suspender os que não estejam a ser realizados segundo as especificações técnicas do contrato ou nas melhores condições de segurança. Mas, nem a sua fiscalização, nem o facto de não ordenar essa suspensão, diminuem a responsabilidade do Cocontratante ao contrato.
5. O Cocontratante, no decorrer da execução do contrato, deve sugerir alterações conducentes a uma otimização dos meios desde que não seja colocada em risco o bom funcionamento e operacionalidade dos equipamentos.
6. A Contraente Pública poderá interromper a intervenção, sem que tal se traduza em aumento de encargos para a Contraente Pública, por motivos de segurança, devido a condições atmosféricas desfavoráveis à realização de determinadas fases do serviço e outros motivos de força maior.
7. Os serviços serão realizados nas instalações do Cocontratante, salvo nos casos em que a necessidade ou urgência da intervenção obriguem à realização do trabalho in loco. Compete ao

responsável da Contraente Pública a decisão do local onde deverão ser realizados os serviços pelo Cocontratante.

8. Para efeitos de entrega de equipamentos para reparação/conservação, e uma vez que o responsável da Contraente Pública acompanhará o transporte do bem e também presenciará a execução dos serviços previstos no n.º 4 da cláusula 6.ª, o Cocontratante e/ou seus subcontratados deverão dispor, seja a que título for, de pontos de receção e/ou instalações dentro de um raio de até 80 km de distância dos centros operacionais a seguir identificados:
  - Centro Operacional Norte – Coordenadas: 41.961552N 008.681415W, no Município de Vila Nova de Cerveira ou Valença;
  - Centro Operacional Sul – Coordenadas: 41,69806; -8,83669, no Município de Viana do Castelo;
  - Centro Operacional Nordeste – Coordenadas: 41,819318; -8,413617, Arcos de Valdevez
9. Na impossibilidade de entrega dos equipamentos na alínea anterior nas instalações indicadas pelo Cocontratante, a mesma ocorrerá no centro de Operacional respetivo conforme a seguir identificadas as suas localizações:
  - Centro Operacional Norte – Coordenadas: 41.961552N 008.681415W, no Município de Vila Nova de Cerveira ou Valença;
  - Centro Operacional Sul – Coordenadas: 41,69806; -8,83669, no Município de Viana do Castelo;
  - Centro Operacional Nordeste – Coordenadas: 41,819318; -8,413617, Arcos de Valdevez
10. Sempre que necessário, a Contraente Pública poderá solicitar recolha/entrega de equipamentos, pelo que as viaturas do Cocontratante deverão estar equipadas com grua com capacidade de pelo menos 400Kg. Quando o Cocontratante efetuar a recolha e entrega dos equipamentos considera-se uma única viagem (ida e volta). Assim como ao levantar e/ ou entregar vários equipamentos.
11. Quando os serviços forem executados nas instalações da Contraente Pública, consideram-se horas efetivas as decorridas desde a chegada do pessoal do Cocontratante ao local da intervenção até à sua saída, com exclusão dos tempos de deslocação e/ou transporte de equipamentos.
12. A comunicação de anomalias é efetuada pela Contraente Pública, por telefone, sendo neste caso posteriormente confirmadas por correio eletrónico – situação a combinar entre as partes.
13. A caracterização do tipo de avaria para efeitos de prazo para a reparação é definida pela Contraente Pública no momento da sua comunicação.

14. A classificação do prazo para a reparação dos equipamentos será avaliada pela Contraente Pública considerando o tipo da reparação e a existência ou não de todos os equipamentos e acessórios necessários para garantir essa reparação dentro do prazo estipulado.
15. Quando solicitado pela Contraente Pública, todas as propostas deverão acompanhar o custo da aquisição de um equipamento novo igual ou equivalente para cálculo da viabilidade da reparação.
16. O Cocontratante deverá garantir que, na entrega dos equipamentos, estes são entregues acompanhados do relatório técnico com as medições solicitadas no Anexo I, ao presente caderno de encargos.
17. O Cocontratante deverá assegurar o preenchimento dos elementos ao seu encargo, do documento de controlo dos equipamentos entregues para reparação, conforme documento a disponibilizar pela Contraente Pública.
18. O Cocontratante terá ainda a seu cargo e encontra-se incluído no preço contratualizado, para além do estipulado em todas as restantes cláusulas deste caderno de encargos, as despesas em orçamentação, incluindo os custos para a emissão dos relatórios justificativos das substituições dos equipamentos, independentemente das reparações, ou substituições dos mesmos por equipamentos novos, serem, ou não, aprovadas pela Contraente Pública.

## **Cláusula 9.<sup>a</sup> Tipificação dos serviços**

### **I. Tipificação dos Serviços:**

#### **a. Conservação**

Consideram-se de conservação todos os serviços de manutenção preventiva, programados para o efeito. Estas intervenções decorrem dos planos de manutenção preventiva sistemática e/ou condicionada em vigor na Contraente Pública, de acordo com as necessidades do equipamento e devidamente enquadradas com os respetivos manuais de manutenção do fabricante.

#### **b. Reparação programada**

Consideram-se de reparação programada todos os serviços de manutenção corretiva, de carácter não urgente, passíveis de programação prévia. Estas intervenções serão efetuadas pelo Cocontratante mediante solicitação do responsável da Contraente Pública pelo contrato tendo em conta as necessidades do equipamento instalado, devidamente enquadradas com o manual de manutenção dos equipamentos,

#### **c. Reparação de emergência**



Consideram-se de reparação muito urgente todos aqueles serviços de manutenção corretiva que obrigue a uma resposta rápida de reparação de equipamentos de modo a mitigar constrangimentos de natureza operacional, estando o Cocontratante, nestas situações, obrigado a deter os meios humanos e materiais que permitam uma resposta no prazo máximo de 3 (três) horas após a solicitação do responsável da Contraente Pública pelo contrato. Para o acompanhamento e a execução dos trabalhos a Contraente Pública nomeará um dos seus técnicos de manutenção para acompanhar na resolução da avaria.

#### d. Reparação urgente

Consideram-se de reparação urgente todos aqueles serviços de manutenção corretiva que obrigue a uma resposta rápida de reparação de equipamentos de modo a mitigar constrangimentos de natureza operacional, estando o Cocontratante, nestas situações, obrigado a deter os meios humanos e materiais que permitam uma resposta para recolha de equipamentos no próprio dia após a solicitação do responsável da Contraente Pública pelo contrato, ou na manhã do dia seguinte caso o pedido seja solicitado após as 15:00 horas. Deverá ser dada prioridade à reparação destes equipamentos sendo o seu diagnóstico e reparação o mais célere possível, sendo exigível o orçamento com indicação dos trabalhos a executar na sua reparação até 2 dias úteis e a sua reparação até 12 dias úteis.

## 2. Tempos de resposta e horários para execução dos serviços

2.1 – A execução dos serviços previstos nas alíneas a) e b) do n.º I supra deverá ser iniciada nas datas previstas no respetivo Plano de Intervenção, devendo o Cocontratante cumprir com o prazo previsto na alínea b), do n.º 5 da Cláusula 6.ª na elaboração e submissão desse Plano para efeitos de validação da Contraente Pública.

2.2 – O horário para a execução, pelo Cocontratante, dos serviços previstos nas alíneas a) e b) do n.º I supra, a prestar nas instalações da Contraente Pública será, por esta determinado, de acordo com a disponibilidade operacional das instalações e dos equipamentos.

2.3 - Sempre que se verifique a necessidade de efetuar reparações previstas na alínea c) do n.º I supra, o Cocontratante mostra-se obrigado a iniciar a sua execução no **prazo máximo de 3 (três) horas** após a solicitação do responsável da Contraente Pública pelo contrato, a qual deverá ser efetuada por telefone e, posteriormente, por escrito, por qualquer meio eletrónico de transmissão de dados.

2.4 – As reparações de emergência poderão ter de ocorrer nas instalações da Contraente Pública em dias não úteis e feriados.

2.5 – A execução de serviços de reparação emergência efetuada em dias úteis, fora do horário normal de trabalho do Cocontratante, será retribuída pelo preço da rubrica utilizada constante da proposta adjudicada acrescido de 37,5% (trinta e sete vírgula cinco).

2.6 – A execução de serviços de reparação emergência efetuada em dias não úteis ou feriados será retribuída pelo preço da rubrica utilizada constante da proposta adjudicada acrescido de 50% (cinquenta por cento).

2.7 – A execução de serviços de reparação urgência efetuada em dias úteis será retribuída pelo preço da rubrica utilizada constante da proposta adjudicada.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> Obrigações complementares**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante, as seguintes obrigações gerais:

- a) Os serviços deverão ser executados com todo cuidado e diligência, procurando causar a menor perturbação possível ao funcionamento dos serviços.
- b) Executar os serviços indicados no manual do equipamento em função das periodicidades estabelecidas nos casos de serviços de conservação.
- c) Responder às solicitações e executar os serviços dentro dos prazos requeridos pela Contraente Pública.
- d) Colocar todos os meios humanos e materiais necessários para que sejam utilizados na execução dos trabalhos programados.
- e) Fornecer todas as ferramentas e consumíveis de trabalho necessárias para o cumprimento das tarefas definidas.
- f) O Cocontratante deverá estar preparado para elaborar e discutir os relatórios de intervenção do equipamento que a Contraente Pública lhe solicite.
- g) Nomear um responsável que será o contato com o responsável da Contraente Pública.
- h) Manter permanentemente informado o responsável da Contraente Pública.
- i) Sempre que se julgue compatível com os tempos de resposta, visitar previamente o local com o representante da Contraente Pública e avaliar as ações a tomar, a reparação a efetuar e o equipamento a movimentar (caso a intervenção ocorra nas instalações da Contraente Pública).

- j) Preparar as autorizações de trabalho necessárias e fazê-las assinar pelo responsável da Contraente Pública, bem como implementar as condições de segurança aí expressas, nos casos em que a intervenção ocorra nas instalações da Contraente Pública.
- k) Manter a vigilância no local e supervisionar os trabalhos, mantendo sempre implementadas as regras de segurança gerais e as expressas nas Autorizações de Trabalho, nos casos em que a intervenção ocorra nas instalações da Contraente Pública.
- l) Providenciar ao responsável da Contraente Pública os relatórios de progresso que se revelem necessários e notificar imediatamente a finalização do trabalho para receção pela Contraente Pública.
- m) Caso a intervenção ocorra nas instalações da Contraente Pública, o Cocontratante deverá recolher todas as ferramentas, equipamento e materiais após a finalização do trabalho, bem como repor a situação do local nas condições anteriores à intervenção ou as determinadas pelo responsável da Contraente Pública.
- n) O Cocontratante é responsável pela recolha, transporte e entrega a destino final adequado de acordo com a legislação de todos os resíduos que produza durante a sua atividade na Contraente Pública, informação que deverá constar nos relatórios de intervenção, bem como a remessa à Contraente Pública de cópia do 3.º exemplar da guia de acompanhamento de resíduos (Modelo A) do Ministério do Ambiente (Modelo n.º 1428, INCM), como evidência da correta gestão dos resíduos.
- o) Manter as comunicações com o responsável da Contraente Pública a fim de possibilitar o reforço atempado de equipamento necessário à prossecução dos trabalhos;
- p) Manter-se disponível após finalização até o responsável da Contraente Pública dar por efetivamente terminada a reparação com abandono do local, nos casos em que a intervenção ocorra nas instalações da Contraente Pública.
- q) Nos casos em que a reparação não tenha sido corretamente efetuada, o Cocontratante fica obrigado a recolher o equipamento na instalação onde este se encontrar, suportando todos os custos associados ao transporte e reparação necessários ao seu correto funcionamento.

## **Cláusula 11.ª Tempos de Utilização e Controlo**

I. A Contraente Pública tem um sistema informático de gestão da manutenção que é utilizado para efeitos de registo e controlo de trabalhos de manutenção, bem como na gestão de contratos de manutenção externa.

2. Para efeitos de integração e controlo da informação respeitante a este contrato, o Cocontratante deverá registar em fichas de controlo adaptadas às exigências do programa informático todos os meios envolvidos e medições efetuadas por local de intervenção e com a sua indicação obrigatória.

### **Cláusula 12.ª Constituição mínima da equipa**

1. O Cocontratante obriga-se a colocar na direção dos serviços, a tempo inteiro, um responsável técnico, que deverá ser aceite pela Contraente Pública, o qual deverá ser identificado na proposta, conjuntamente com o respetivo "curriculum vitae".
2. O restante pessoal técnico a afetar à realização dos diferentes tipos de serviços, deve ser distribuído por especialidade conforme a seguir especificado:
  - I Mecânico;
  - I Eletricista;
  - I Ajudante;
3. A presente composição corresponde a uma equipa mínima necessária à execução dos trabalhos constantes deste CE podendo, no entanto, ser necessário afetar mais elementos.
4. Todo o pessoal do Cocontratante afeto ou a afetar ao presente contrato deverá ter, até ao fim dos primeiros três meses seguintes à data de início do contrato, formação em primeiros socorros, manipulação de extintores portáteis e de bocas de incêndio armadas, planos de controlo de emergência, entrada em espaços confinados, gestão de resíduos e formação básica e complementar de segurança (conteúdos definidos pela Contraente Pública).
5. As formações indicadas no ponto anterior deverão ser ministradas por entidades reconhecidas pela Contraente Pública.
6. A Contraente Pública reserva-se o direito de interditar provisória ou definitivamente o acesso às instalações no âmbito deste CE, ao trabalhador que não tenha respeitado qualquer regulamento ou norma de segurança, sem que isso implique qualquer indemnização.
7. Toda e qualquer alteração à equipa terá de ser previamente comunicada à Contraente Pública.
8. A eventual substituição de qualquer elemento pertencente à equipa técnica requer a aprovação prévia da Contraente Pública, após análise do curriculum que deverá ser fornecido.

9. A Contraente Pública pode impor formalmente a substituição dos trabalhadores que não ofereçam garantia de aptidão técnica, ou vierem a revelar-se indisciplinados, conflituosos ou desrespeitadores dos regulamentos internos da Contraente Pública.
10. Para cumprimento das suas obrigações contratuais e salvaguarda das condições de execução dos trabalhos, o Cocontratante obriga-se a cumprir com os seguintes requisitos mínimos de experiência profissional, para os seguintes elementos a afetar à prestação de serviços:
- a) Possuir 1 (um) técnico com formação superior em engenharia ou um técnico não licenciado com experiência na área, para exercer a função de Responsável da Prestação de Serviços, cuja qualificação mínima deverá obedecer a um dos seguintes requisitos:
    - i. Grau académico mínimo de Licenciado em Engenharia pré-Bolonha, ou Mestre pós-Bolonha, em qualquer das seguintes áreas: mecânica ou eletrotécnica, e
    - ii. Possuir no mínimo 7 (sete) anos de experiência profissional, 5 (cinco) dos quais a exercer funções de coordenação de trabalhos de manutenção em prestações de serviço de natureza idêntica.

Ou, em alternativa, na circunstância de o técnico não possuir licenciatura:

    - i. Deverá possuir o 12º ano concluído ou habilitação profissional de nível equivalente (nas áreas de mecânica ou eletricidade), e
    - ii. Possuir no mínimo 10 (dez) anos de experiência profissional, 7 (sete) dos quais a exercer funções de coordenação de trabalhos de manutenção em prestações de serviço de natureza idêntica.
  - b) Possuir 1 (um) técnico Mecânico, cuja qualificação mínima deverá obedecer aos seguintes requisitos:
    - Possuir no mínimo 8 (dez) anos de experiência profissional, 5 (cinco) dos quais, como eletricista, na execução de trabalhos de manutenção em prestações de serviço de natureza idêntica.
  - c) Possuir 1 (um) técnico Eletricista, cuja qualificação mínima deverá obedecer aos seguintes requisitos:
    - Possuir no mínimo 8 (dez) anos de experiência profissional, 5 (cinco) dos quais, como eletricista, na execução de trabalhos de manutenção em prestações de serviço de natureza idêntica.
  - d) Possuir 1 (um) ajudante que possuir experiência profissional mínima de 2 anos na manutenção de equipamentos industriais.

11. A Contraente Pública reserva-se o direito de a qualquer momento, averiguar da aptidão técnica de qualquer trabalhador do Contratado.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> Aquisição de peças e materiais**

1. O preço a pagar pelas peças, acessórios e materiais a aplicar na prestação de serviços será o que consta do Plano de Intervenção validado pela Contraente Pública nos termos da alínea a) subalínea a.2) do n.º 5 da Cláusula 6.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.
2. Em qualquer momento do contrato, com vista a validar os orçamentos/faturação/pagamento a Contraente Pública poderá solicitar ao Cocontratante cópia das faturas originais das peças e materiais por ele adquiridos e aplicados na prestação de serviços, para verificação e confirmação.
3. A Contraente Pública reserva-se o direito de adquirir as peças, acessórios e materiais a aplicar na prestação de serviços a outros fornecedores que não o Cocontratante sempre que tal se mostre mais vantajoso.
4. Todas as peças e materiais a fornecer pelo Cocontratante deverão estar identificados com o código/referência do fabricante.
5. Quando os serviços forem executados nas instalações da Contraente Pública, o registo dos materiais empregues será efetuado em ficha própria, a rubricar por ambas as partes.
6. O Cocontratante obriga-se a entregar à Contraente Pública as peças substituídas de todos os equipamentos, etiquetadas e com a indicação de recuperáveis ou irrecuperáveis, salvo indicação em contrário.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> Guarda Temporária de Materiais**

1. O Cocontratante será o único responsável pelos equipamentos e materiais entregues pela Contraente Pública abrangendo perdas, furtos, roubos, deteriorações e aplicações indevidas.
2. O Cocontratante será, também, responsável pela armazenagem das ferramentas a seu cargo, quando das intervenções nas instalações da Contraente Pública.



### **Cláusula 15.<sup>a</sup> Transporte de Equipamentos**

Sempre que solicitado pelo responsável da Contraente Pública, o transporte do(s) equipamento(s) de e para a infraestrutura a que está afeto, ficará a cargo do Cocontratante, para o que serão aplicados os preços unitários constantes da proposta adjudicada.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> Transferência da propriedade**

1. Os elementos apresentados pelo Cocontratante ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da Contraente Pública, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> Conformidade e garantia técnica**

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Contraente Pública, em execução do contrato, aos manuais e recomendações dos fabricantes dos equipamentos, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O Cocontratante obriga-se a entregar à Contraente Pública os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos e no respetivo ANEXO I, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.

4. O Cocontratante é responsável perante a Contraente Pública por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

## **SECÇÃO II. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DADOS PESSOAIS**

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> Dever de sigilo**

6. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
7. Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra Operacional de tratamento de dados pessoais.

4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação;
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>      Conservação de dados pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 2 anos após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>      Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup> Dever de cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

## **SECÇÃO III. OBRIGAÇÕES DA CONTRAENTE PÚBLICA**

### **Cláusula 24.<sup>a</sup> Preço base e preço contratual**

1. O preço contratual não poderá ser superior a 240.000 EUR (duzentos e quarenta mil euros) não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
2. O preço total é estimado, por ser variável em função do número de materiais e/ou equipamentos que venham efetivamente a ser adquiridos e serviços efetivamente prestados, razão pela qual a Contraente Pública apenas pagará os bens e serviços que venham a ser real e efetivamente fornecidos, por aplicação dos preços unitários propostos.
3. As quantidades indicadas na lista referida no ponto anterior devem ser consideradas apenas como referência, podendo as mesmas variar de acordo com as necessidades da Contraente Pública.
4. O preço referido no número 1 desta cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. A Contraente Pública pode adquirir, para a presente prestação de serviços, outras peças, acessórios e/ou materiais não incluídos no Caderno de Encargos, podendo os mesmos e, apenas estes, ser fornecidos pelo Cocontratante ou por outros fornecedores sempre que tal se mostre mais vantajoso.

6. Os preços dos materiais não definidos na lista de preços unitários da proposta adjudicada e que venham a ser utilizados serão os correspondentes aos preços de aquisição aos quais o Cocontratante associará um desconto definido na sua proposta.
7. Estes preços serão comprovados pela apresentação das faturas de aquisição dos mesmos.
8. Caso venha a verificar-se que o valor dos bens e serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente ao preço base estipulado no presente Caderno Encargos, o Cocontratante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º I do artigo 381.º, aplicável de acordo com n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.
9. A Contraente Pública reserva-se no direito de contratar os serviços ou bens objeto destes contratos ao representante da marca ou fabricante dos equipamentos, sempre que tal se mostrar necessário e vantajoso, não existindo por isso exclusividade desta prestação de serviços a contratar no âmbito deste procedimento.

#### **Cláusula 25.ª Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Contraente Pública, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação dos serviços prestados e entrega do respetivo relatório de intervenção e/ou fornecimento de bens no âmbito do objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. As quantidades dos materiais previstos no mapa de quantidades são estimadas, sendo que, no decorrer dos trabalhos as quantidades por artigo podem variar, desde que o valor contratual não seja ultrapassado.



7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

### **Cláusula 26.<sup>a</sup> Faturação eletrónica**

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
2. A faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas exclusivamente para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.
3. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIOUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS);
4. A fatura deve conter, entre outras indicações, a referência do procedimento, o número da nota de encomenda e o correspondente item.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.

## **SECÇÃO IV. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula 27.<sup>a</sup> Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.

3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

## **CAPÍTULO III. MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula 28.<sup>a</sup>      Modificação objetiva do contrato**

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ainda ser modificado nas seguintes condições:

- a) Prazo de execução caso, findo o prazo de execução, não tenha sido esgotado o preço contratual;
- b) Prazo de prestação dos serviços, caso se verifique constrangimentos na sua execução atempada em virtude da escassez de recursos, por circunstâncias imprevisíveis que venham a ocorrer após a assinatura do contrato;
- c) Por mudança ou alteração de instalações

### **Cláusula 29.<sup>a</sup>      Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 30.<sup>a</sup> Sanções contratuais**

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo de elaboração e submissão para validação do plano de intervenção previsto na alínea b), do n.º 5 da Cláusula 6.<sup>a</sup> a penalização de 2% do valor da reparação por cada hora de atraso, até ao limite de 10% desse valor;
  - b) Pelo incumprimento dos tempos de resposta e horários para execução dos serviços previsto no nr. 2 de 2.1 a 2.3 da Cláusula 9.<sup>a</sup> a penalização de 120€ por cada dia de atraso;
  - c) Pelo incumprimento do tempo de duração da intervenção a penalização de 2% do valor da reparação por cada hora de atraso, até ao limite de 10% desse valor;
  - d) Pelo incumprimento da obrigação de garantia de reparação, o Cocontratante fica obrigado à restituição do valor da reparação acrescido de 10% do valor da mesma.
2. O valor acumulado das sanções contratuais previstas no número anterior não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Contraente Pública, pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor global do contrato.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da alínea a) do n.º I, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Contraente Pública tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
6. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

7. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
8. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 31.<sup>a</sup> Regime dos trabalhadores afetos ao contrato**

1. Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP.
2. O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual.
4. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental que ateste o cumprimento da obrigação prevista no n.º 1, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.
5. A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

### **Cláusula 32.<sup>a</sup> Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

### **Cláusula 33.ª      Resolução do contrato por parte da Contraente Pública**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
- a. Atraso, total ou parcial, na prestação de serviços por um prazo superior a 2 dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.

4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 30.<sup>a</sup> relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

## **CAPÍTULO IV. DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 34.<sup>a</sup> Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de **15 (quinze) dias** após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

### **Cláusula 35.<sup>a</sup> Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contactos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.



### **Cláusula 36.<sup>a</sup> Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

### **Cláusula 37.<sup>a</sup> Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

### **Cláusula 38.<sup>a</sup> Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 39.<sup>a</sup> Cláusulas especiais: Seguros e Encargos Sociais**

#### **I) Seguro de Responsabilidade Civil**

- a) O Cocontratante subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à Contraente Pública, em particular, em consequência da execução do presente fornecimento, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
- b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a Contraente Pública será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
- c) O Cocontratante é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 5 000,00 EUR (cinco mil euros), por sinistro e anuidade.

## **2. Seguro de Acidentes de Trabalho**

- a) O Cocontratante ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.
- b) O Cocontratante obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.
- c) O Cocontratante obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na prestação de serviços, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.
- d) Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cocontratante.
- e) A Contraente Pública, pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

### **Cláusula 40.<sup>a</sup> Cláusulas especiais: Meios Humanos**

- 1. A mobilização de todos os meios humanos com qualificação técnica adequada constantes da proposta e necessários à execução dos serviços objeto do(s) contrato(s) são da inteira responsabilidade do Cocontratante, que se obriga a garantir que os seus agentes coloquem todo o seu conhecimento, zelo, competência e dedicação na realização das tarefas que lhe forem cometidas, de modo que sejam executados de acordo com as melhores práticas profissionais.
- 2. A constituição da equipa de pessoal do Cocontratante deverá ser a que melhor se adapte às necessidades do desenvolvimento das atividades incluídas no âmbito desta aquisição de serviços, devendo cumprir para além dos requisitos das normas aplicáveis, os seguintes requisitos:
  - a. Supervisão da equipa de trabalho afeta à presente aquisição de serviços;
  - b. Domínio pelos elementos da equipa da língua portuguesa.
- 3. O Cocontratante tem que comunicar e obter aprovação da Contraente Pública, para qualquer alteração aos pressupostos da proposta adjudicada, nomeadamente, entrada de um novo elemento na equipa, ou a sua substituição, reservando a Contraente Pública o direito de não aceitar.
- 4. Havendo motivo fundamentado e notificado o Cocontratante, este compromete-se a substituir o(s) trabalhador(es) que, de modo reiterado, não cumpra(m) as suas obrigações ou as cumpra(m) de modo defeituoso.

5. Aquando da ausência de algum(a) trabalhador(a) do Cocontratante, seja por motivo de férias, ou falta, é da responsabilidade do Cocontratante a sua substituição por outro(a) trabalhador(a), sujeito a aprovação prévia pela Contraente Pública.
6. Salvo em situações imprevistas, o Cocontratante deve informar previamente a Contraente Pública de qualquer substituição do pessoal que pretenda efetuar.
7. O Cocontratante, obriga-se a avisar de imediato a Contraente Pública via telefone, para número a designar, relativamente a qualquer situação anormal que ocorra em relação à movimentação das chaves e do alarme.
8. Todo o trabalhador(a) do Cocontratante deverá apresentar-se fardado e com identificação da respetiva empresa.
9. **Nos 5 dias** subsequentes ao início dos serviços o Cocontratante deverá apresentar a constituição das suas equipas e os documentos necessários ao início do serviço.

#### **Cláusula 41.<sup>a</sup> Cláusulas especiais: Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**

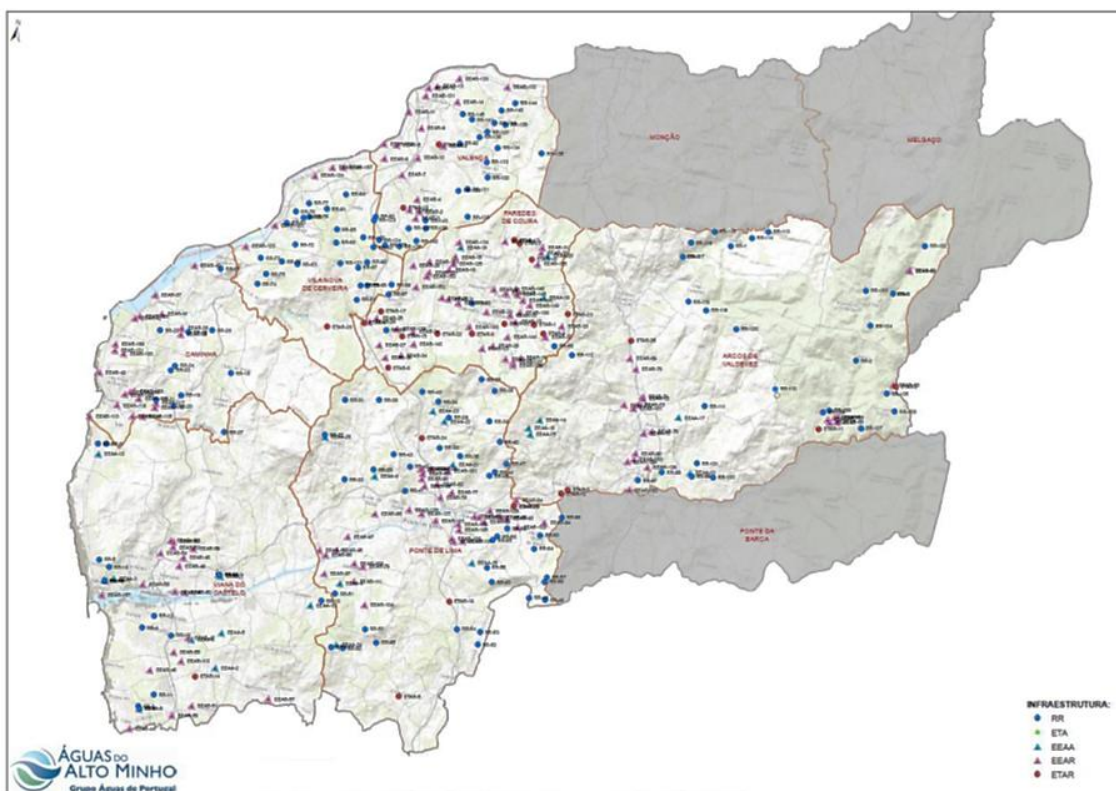
1. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal afeto a qualquer título a presente aquisição de serviços, sendo de sua conta os encargos que de tal resultem.
2. O Cocontratante tem obrigação de comunicar à Contraente Pública, todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes à sua ocorrência.

#### **Cláusula 42.<sup>a</sup> Características e especificações técnicas**

Caraterísticas e especificações para a reparação dos equipamentos, Listagem de tipos de equipamentos, e Listagem de peças necessárias para reparações identificados no **anexo I** deste Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 43.<sup>a</sup> Cláusulas especiais: Área geográfica e Infraestruturas**

1. A prestação do(s) serviço(s) será realizada na área geográfica da A.D.A.M.:



## 2. Descrição dos municípios pertencentes a cada Centro de Operacional:

- COP Norte: Caminha; Vila Nova de Cerveira, e Valença;
- COP Sul: Viana do Castelo e Ponte de Lima;
- COP Nordeste: Arcos de Valdevez e Paredes de Coura.

### **Cláusula 44.<sup>a</sup> Verificação**

1. Após a entrega dos bens realizada pelo Cocontratante, a Contraente Pública dispõe de um prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos mesmos, aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou descarga.
2. A Contraente Pública deve transmitir ao Cocontratante todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no número anterior sem que tenha comunicado a existência de desconformidades, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos bens.
3. Caso os itens entregues não se encontrem em conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável, será da responsabilidade do Cocontratante a substituição dos mesmos.

4. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos vários itens são da exclusiva responsabilidade do Cocontratante, devendo a substituição ocorrer dentro de um prazo máximo de 30 dias.
5. A devolução dos produtos pela Contraente Pública nos termos da presente cláusula não confere ao Cocontratante o direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 45.<sup>a</sup>    Garantia**

1. O Cocontratante deve garantir a qualidade dos bens a fornecer durante a vigência do contrato, contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas.
2. É, designadamente, aplicável à obrigação de garantia dos bens a fornecer o disposto nos artigos 441.º e 444.º do Código dos Contratos Públicos.
3. É, ainda, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor.

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMATIVAS

#### CAPÍTULO I

##### Caraterísticas e especificações para a reparação dos equipamentos

Especialidades
Rebobinagem*
Eletricidade
Mecânica**
Tornearia***
Serralharia mecânica
Soldadura
Topógrafo
Mão de Obra Lubrificação****
Mão de Obra Prevenção*****
Outras

\* Para orçamentação do custo hora da rebobinagem será considerado o ficheiro em formato excel **Anexo D**, incluído nas peças do procedimento (deverá ser incluída toda a mão-de-obra, cobre, entre outros acessórios necessários para a realização da rebobinagem).

\*\* Para orçamentação do custo hora de mecânica serão utilizados os ficheiros em formato excel **Anexo E** e **Anexo G**, incluído nas peças do procedimento.

\*\*\* Para orçamentação do custo hora de tornearia será considerado o ficheiro em formato excel **Anexo F**, incluído nas peças do procedimento.

\*\*\*\* Para orçamentação do custo hora para lubrificação deve ser contemplada a utilização dos equipamentos necessários para a realização da lubrificação de todas as bombas e motores da Contraente Pública. A massa ou óleo necessário para a realização da lubrificação poderá ser



fornecido pela Contraente Pública ou pelo Cocontratante, consoante indicação dada pela Contraente Pública no planeamento dos trabalhos, não estando incluído neste custo hora.

\*\*\*\*\* Para orçamentação do custo hora da manutenção preventiva devem contemplar a utilização dos equipamentos necessários para a realização dos seguintes trabalhos: alinhamentos, medição de vibração dos rolamentos das bombas e dos motores, medição de isolamento elétrico, medição de consumos e medição de tensões (não se encontra incluído neste custo os calços calibrados necessários para o alinhamento dos motores; estes serão orçamentados de acordo com a tabela de preços e os descontos fornecidos).



## CAPÍTULO II

### Listagem de tipos de equipamentos

Tipo	Marca
Grupos eletrobombas submersíveis de águas subterrâneas, bombas e motores	XYLEM ou equivalente
	GRUNDFOS ou equivalente
	KSB ou equivalente
	Outras marcas equivalentes de materiais
Grupos eletrobombas de eixo vertical, multicelulares, bombas e motores	XYLEM ou equivalente
	GRUNDFOS ou equivalente
	KSB ou equivalente
	Outras marcas equivalentes de materiais
Grupos eletrobombas de eixo horizontal, bombas e motores	XYLEM ou equivalente
	GRUNDFOS ou equivalente
	KSB ou equivalente
	SULZER ou equivalente
Grupos eletrobombas de águas residuais	Outras marcas equivalentes de materiais
	XYLEM ou equivalente
	GRUNDFOS ou equivalente
	KSB ou equivalente
	SULZER ou equivalente
Bombas doseadoras e de trasfega para hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e leite de cal	Outras marcas equivalentes de materiais
	GRUNDFOS ou equivalente
	PROMINENT ou equivalente
	Outras marcas equivalentes de materiais

## CAPÍTULO III

### Listagem de peças necessárias para reparações

Tipo de peças	Marcas
Acessórios e equipamentos necessários para a execução das reparações - Empanques, Impulsores, Volutas, Kits de reparação, rolamentos, outras peças necessárias	XYLEM ou equivalente
	GRUNDFOS ou equivalente
	KSB ou equivalente
	SULZER ou equivalente
	Outras marcas equivalentes de materiais

## CAPÍTULO IV

TAREFAS
1) Executar a orçamentação da reparação do equipamento segundo o modelo do <b>Anexo H</b> e apresentar uma análise comparativa com os custos de aquisição de um novo equipamento
<b>2) Se aprovada a reparação do equipamento, o relatório deverá apresentar:</b>
2.1) Descrição da avaria e indicação das peças e acessórios utilizados na reparação realizada ao equipamento
2.2) Realizar a limpeza, lubrificação e pintura com tinta epóxi de alta resistência química e térmica, indicando a referência do lubrificante e do tipo de tinta utilizada
2.3) Fornecimento dos dados técnicos do equipamento (curva de funcionamento, indicação da marca e referência das peças e acessórios utilizados no âmbito da reparação)
2.4) Medição da impedância dos motores (comunicar os valores medidos)
2.5) Medição do isolamento dos motores (comunicar os valores medidos)
2.6) Teste do funcionamento em água (medição do isolamento dentro de água após 30 (trinta) minutos, comunicar os valores medidos)
2.7) Relatório de ensaio em bancada da curva de funcionamento da bomba e motor, com os seguintes elementos comparativos entre a curva original e a curva de ensaio tendo em Y (consumo (A), $\cos \varnothing$ , altura manométrica (m)) e em X (caudal (m <sup>3</sup> /h)). Deverá ser apresentado no mesmo gráfico a curva original do equipamento ensaiado.  O ensaio deverá ser realizado no mínimo, para 5 (cinco) pontos de amostragem, considerando o valor mínimo e máximo de altura manométrica e serem apresentados os pontos de amostragem utilizados e os dados recolhidos em forma de tabela
2.8) Indicação que a bomba reparada ainda se encontra dentro da gama de bombas atuais do fabricante com garantia do fabrico de peças por 5 (cinco) anos
<b>3) Se aprovada a substituição do equipamento, deverá ser apresentado:</b>
3.1) Cálculos justificativos do dimensionamento utilizado;
3.2) Curva de funcionamento do equipamento, com ilustração do ponto para o qual a mesma foi dimensionada
3.4) Listagem e referências das principais peças para manutenção da bomba e do motor (tipo e referência das seguintes peças: empanque(s), rolamento(s), impulsor, garra, pedestal, lubrificante recomendado)
3.5) Bomba dentro da gama de motores atuais com garantia de 10 (dez) anos de peças
3.6) Fornecimento dos dados técnicos do equipamento (desenho técnico da bomba e do motor)

<b>TAREFAS DE LUBRIFICAÇÃO / MANUTENÇÃO PREVENTIVA</b>
1) Realizar e registar as medições necessárias antes da lubrificação e da beneficiação: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ruídos, vibrações, termografia, alinhamentos</li> <li>- Caudal e consumo elétrico</li> </ul>
2) Realizar a lubrificação e a beneficiação das anomalias detetadas
3) Realizar e registar as medições necessárias após a lubrificação e da beneficiação: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ruídos, vibrações, termografia, alinhamentos</li> <li>- Caudal e consumo elétrico</li> </ul>
4) Executar um relatório dos equipamentos inspecionados e apresentar uma análise do estado dos equipamentos verificados e das medições e beneficiações realizadas
5) Realizar análise técnica das medições elétricos e mecânicas recolhidas antes e após intervenção, de modo a evidenciar alterações de eficiência ou consumo específico do equipamento.

## **CAPÍTULO V**

### **Requisitos de aquisição**

O fornecedor deverá garantir todos os requisitos enunciados neste anexo desde que o mesmo esteja no âmbito da prestação do serviço e/ou do fornecimento de equipamento.

### **EQUIPAMENTOS A ADQUIRIR**

1. Assegurar o cumprimento da Diretiva Máquinas, em vigor à data, evidenciada por:
  - Marcação CE no equipamento,
  - Declaração de conformidade CE, em língua portuguesa;
2. Assegurar o cumprimento a legislação aplicável e requisitos da Contraente Pública relativamente à eficiência energética aplicável aos equipamentos que constituem o presente:
  - Regulamento CE nº 4/2014 da Comissão, de 6 de janeiro, que altera o Regulamento CE nº 640/2009 da Comissão, de 22 de Julho, que dá execução à Diretiva 2005/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos requisitos de conceção ecológica para os motores elétricos;
  - Outra legislação aplicável;
  - Grupos eletrobombas de águas residuais com potência superior ou igual a 11kW deverá garantir classe de eficiência IE3 ou superior, caso seja solicitado pela Contraente Pública.

3. Fornecer o manual de instruções (Operacional e manutenção) em língua portuguesa.
4. Na aquisição de aparelhos que contenham pilhas ou acumuladores incorporados, estes devem ser acompanhados de instruções que informem a Contraente Pública sobre o tipo de pilhas e acumuladores neles incorporados e sobre a remoção segura dos respetivos resíduos.
5. Deve ser prevista a formação aos utilizadores internos do equipamento.
6. Todo o equipamento a utilizar em contacto direto com o produto ÁGUA, não deve reagir com a mesma, devendo apresentar características de compatibilidade alimentar. Caso seja utilizado um produto químico pelo equipamento, este não deve oferecer risco para o produto.
7. Todo o equipamento de medição e monitorização, deverá ser acompanhado por certificado de calibração/verificação/inspeção (conforme o tipo de equipamento).
8. Retomar o equipamento obsoleto (evidenciando a sua adesão ao sistema integrado de gestão destes resíduos ou a entrega a empresa aderente), livre de encargos para a Contraente Pública.
9. Garantir que os equipamentos exibem o símbolo que indica a recolha separada de equipamentos elétricos e eletrónicos, constituído por um contentor de lixo barrado com uma cruz.
10. Fornecer o comprovativo em como o equipamento não contém chumbo, mercúrio, cádmio, crómio hexavalente, polibromobifenilo (PBB) e ou éter de difenilo polibromado (PBDE) (não aplicável para instrumentos de monitorização e controlo).
11. A aquisição de equipamentos deverá garantir, quando aplicável, as equivalências do equipamento a substituir ou outras a combinar entre o Contratado e a Contraente Pública.